

# **A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE FURNAS (MG) E SUAS REPERCUSSÕES: ESTUDO SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Clésio Barbosa Lemos Júnior**

Arquiteto Urbanista. Mestre em Geografia pela UNICAMP

Professor do UNIFOR-MG

## **RESUMO**

Este artigo foi elaborado com base na dissertação apresentada no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Traz de maneira sucinta as informações encerradas no estudo cujo objetivo foi analisar as repercussões causadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas (MG), sejam elas territoriais, quando do processo de des/re/territorialização, sejam turísticas, quando da formação do lago artificial criado pelo represamento das águas. Estruturamos o corpo deste trabalho da seguinte maneira: introdução, onde contextualizamos o tema pesquisado, delimitamos o objetivo pretendido e apresentamos o objeto de estudo. Nas seções repercussões territoriais e turísticas delineamos as contribuições teóricas utilizadas na investigação, para tanto fizemos uma revisão bibliográfica que perpassa as definições de território, assim como, o conceito de turismo e sua relação com os recursos hídricos. Diante da característica descritiva do trabalho apresentamos na seção repercussões locais alguns resultados da coleta de dados, obtidos por meio de entrevistas, com o intuito de responder algumas indagações propostas. Finalmente, nas considerações finais salientamos alguns desdobramentos trazidos pela pesquisa.

**Palavras-chave:** Território. Turismo. Hidrelétricas.

## **THE HYDROELECTRIC PLANT FURNAS (MG) AND ITS EFFECTS: STUDY ON PUBLIC POLITICAL TERRITORIALIZATION**

### **ABSTRACT**

This article was prepared based on the thesis presented at the Institute of Geosciences, State University of Campinas - UNICAMP - to obtain the Master degree in Geography. Succinctly brings the information enclosed in the study whose aim was to analyze the effects caused by implantation of Hydroelectric Furnas (MG), whether territorial, when the process of de / re / territorialization, whether tourist, when the formation of the artificial lake created by the damming of the waters. We structure the body of this work as follows: INTRODUCTION, where contextualize the research subject, delimit the intended purpose and present the object of study. In sections IMPACT TRAVEL AND TERRITORIAL outlines the theoretical

contributions for research, for both did a literature review which involves the definitions of territory as well as the concept of tourism and its relation to water resources. Given the descriptive characteristic of the work presented in section AFFECTS LOCAL some results of data collection, obtained through interviews with the aim of answering some questions proposed. Finally, in the final highlight some developments brought about by research.

**Keywords:** Territory. Tourism. Hydroelectric.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo no qual foi baseada a escrita deste artigo apresenta como tema a territorialização de políticas estatais a partir da implantação de barragens voltadas para a geração de energia elétrica, também conhecidas como “grandes projetos hidrelétricos, mega-obras e/ou projetos de grande escala”.

Projetos e construções de barragens são realizados desde tempos remotos e tinham como objetivo a reserva hídrica e, sobretudo, os projetos de irrigação. Com o advento da energia elétrica, no final do século XIX, as barragens passaram a ser construídas objetivando a geração de eletricidade e esta, por sua vez, passou a ser a motivação principal de suas idealizações e construções.

O Brasil historicamente apresenta-se uma relação com a hidroeletricidade que data desde o final do Período Imperial. Esta relação foi sendo cada vez mais estreitada a cada novo ciclo de desenvolvimento nacional, passando pelo aumento das exportações, que demandaram ampliação nas infraestruturas: água, esgoto, transporte, iluminação pública etc, até a intensificação do processo de urbanização e industrialização.

Na busca pela independência energética, o Brasil optou pela energia elétrica em detrimento de outras fontes. Tal escolha definiu um projeto político econômico de produção de energia, pode-se dizer, iniciado com o decreto de criação da Usina Hidrelétrica de Furnas, em 1957, que traz em seu discurso a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico do país.

A construção de grandes barragens tem produzido fortes repercussões culturais, sociais, políticas e econômicas para além das questões ambientais. São responsáveis pela remoção de núcleos urbanos e rurais que se veem forçados a migrar diante da formação dos reservatórios. Tal fato, quase sempre, é pouco considerado face à visão da obra de engenharia como fator mais importante, no entanto, não temos dúvida, a implantação de uma barragem é

a criação de um novo território, é uma forma de materialização no espaço de políticas estatais e privadas que tem por objetivo a adequação e reestruturação do território num dado momento tecnoeconômico. Barragens e hidrelétricas são obras resultantes da territorialização de políticas, tanto estatais, como de agentes privados nacionais e transnacionais, cuja principal característica construtiva é a formação de enormes reservatórios hídricos inseridos em espaços ocupados gerando severas consequências para os moradores da área de execução da obra em favorecimento da necessidade da técnica.

Conforme chama a atenção para Scherer-Warren:

A construção destas grandes obras implica uma considerável ocupação territorial, que podem ser em espaços desocupados, como em já habitados. Só mais recentemente estão se pesquisando as consequências sociais destes grandes projetos sobre as populações diretamente atingidas, habitantes das áreas de sua implementação e que são removidas de suas terras e/ou moradias em decorrência destas, ou indiretamente atingidas, vítimas de seus reflexos. (SCHERER-WARREN, 1996).

Quando construídas em regiões habitadas, as hidrelétricas causam as chamadas “migrações compulsórias”, que podem ser conceituadas como sendo os deslocamentos populacionais de caráter obrigatório feitos a partir de desapropriações de terras realizadas, na sua grande maioria, pelo Estado. Os grandes projetos hidrelétricos são amplamente criticados, pois têm sido danosos aos patrimônios daqueles indivíduos que são forçados a renunciar seus espaços.

A intervenção espacial produzida pela implantação de barragens causa fortes mudanças nas condições das populações com relação ao lugar e ao território. Por outro lado, temos como resultado dessa intervenção a formação de grandes lagos artificiais que geralmente trazem consigo um significativo potencial turístico capaz, muitas vezes, de alterar as condições socioeconômicas dos locais atingidos.

Nosso objetivo ao realizar o trabalho que deu origem a este artigo foi estudar e analisar as repercussões causadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas (MG) do momento da implantação da usina, quando se deram as perdas patrimoniais e, principalmente, as “migrações compulsórias”, até os dias atuais, quando se nota o desenvolvimento da atividade turística na região.

Para entender a história de FURNAS é preciso retroceder ao ano de 1956, quando Juscelino Kubitschek de Oliveira toma posse, em 31 de janeiro, como presidente do Brasil. Nesta época, o país era predominantemente rural, mais de 60% da população estava no campo e, aproximadamente, 30 milhões de pessoas dependiam da economia agrária. O Brasil

comercializava poucos produtos como café, algodão e cacau, que representavam cerca de 80% de sua pauta de exportações, enquanto os manufaturados contribuía com menos de 5%. O ex-governador mineiro tinha para sua gestão federal o *slogan* “50 anos em cinco”, e um “Plano de Metas” que estabelecia 31 objetivos a serem alcançados, priorizando os setores de energia, transportes, alimentação, indústria, educação e a construção de Brasília. O plano teve como base um estudo sobre a economia brasileira elaborado em 1953 por um grupo misto presidido pelo economista Celso Furtado e composto por especialistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

A fim de suprir a energia que seria demandada para o cumprimento do Plano de Metas, Juscelino Kubitschek buscou suporte no poder público para evitar que o *déficit* viesse a acontecer, já que o crescimento da capacidade instalada de geração evoluía a taxas inferiores às da economia. O acelerado crescimento, grande parte concentrado na Região Sudeste, indicava a necessidade de obras que adicionassem pelo menos 1.000 MW de energia. Este número representava, na época, quase um terço da capacidade total instalada do Brasil. É neste contexto que a Usina Hidrelétrica de Furnas (MG) surgiu como alternativa estratégica para fazer frente à forte industrialização, representando um reforço de 1.500.000 cavalos vapor para a região de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A Usina Hidrelétrica de Furnas está situada no trecho médio do Rio Grande, entre os municípios de São José da Barra (MG) e São João Batista do Glória (MG). Sua localização geográfica dista 355 km de Belo Horizonte (MG), 580 km do Rio de Janeiro (RJ) e 492 km de São Paulo (SP). Quanto aos seus aspectos físicos, podemos destacar que o reservatório formado com a construção da barragem possui uma configuração ramificada composta por dois braços: o primeiro formado pelas águas do Rio Grande, conta com aproximadamente 240 km de extensão. O segundo, formado pelas águas do Rio Sapucaí, possui em torno de 170 km de extensão. Quando em seu nível máximo, o reservatório ocupa uma área de 1.400 km<sup>2</sup>, configurando um perímetro de 3.500 km. A bacia de drenagem da usina apresenta uma área total de 54.464 km<sup>2</sup>, tendo em sua influência a composição de 52 municípios, dos quais 34 são limdeiros ao lago e uma população, segundo o censo do IBGE (2000), de 904.806 habitantes.

Em 28 de fevereiro de 1957, o Presidente JK assinou o decreto 41.066 criando a Central Elétrica de Furnas, com sede na cidade de Passos (MG). De todos os desafios encontrados pela diretoria de FURNAS, nenhum exigiu maior esforço do que convencer os proprietários de

terras, dos municípios da região, a vendê-las pelo argumento do interesse nacional. Segundo o histórico existente, foram poucos os proprietários que se convenceram de que as águas fossem alagar suas terras e não entraram em demanda. A grande maioria das demandas foi resolvida judicialmente, com a empresa realizando o depósito em juízo pelo valor venal das terras. Somente no Fórum da Comarca de Guapé (MG) foram encontrados arquivados 59 processos referentes às desapropriações. Para a construção da usina, foram feitas cerca de 8.000 desapropriações de pequenas casas a grandes fazendas. O impacto foi maior na zona rural, onde 6.540 propriedades passaram a pertencer ao Governo. Nas terras desapropriadas havia, além de benfeitorias, lavouras de café, milho, arroz e alho. O represamento das águas também mudou a vida de muita gente nas cidades. Por exemplo, para a parte mais alta, onde hoje é o centro da cidade de Guapé (MG), foram deslocadas cerca de 400 famílias que viviam na área que seria inundada.

Ao serem represadas, as águas formaram um dos maiores reservatórios do mundo, praias foram criadas, *cânyons* e cachoeiras foram formados e principalmente, vilarejos, fazendas e cidades foram inundados, alterando definitivamente a paisagem local e a vida dos habitantes da região.

Paradoxalmente, se a construção da usina foi realizada para promover o desenvolvimento econômico do país, de imediato, ela trouxe o empobrecimento das populações atingidas, seja pelo término das atividades agrícolas, que utilizavam como subsistência as áreas de várzea, seja pelo baixo valor pago, na forma de indenização, pelas terras inundadas. Esta afirmação foi confirmada pelas entrevistas realizadas com os moradores e será ilustrada na seção Repercussões Locais deste artigo.

Quanto ao potencial turístico, reconhece-se seu desenvolvimento principalmente pelos investimentos que vêm sendo feitos em empreendimentos turísticos. Segundo a ALAGO – Associação dos Municípios do Lago de Furnas, a região conta hoje com cerca de 260 empreendimentos turísticos, entre hotéis, pousadas e clubes náuticos, responsáveis por movimentar parte da economia local.

Neste artigo, apresenta-se um apanhado dos principais pontos tratados na dissertação, de modo a permitir ao leitor conhecer o objeto de estudo, a discussão temática proposta, as opiniões dos atingidos e as demandas sentidas.

## 2 REPERCUSSÕES TERRITORIAIS

Nossa intenção, nesta seção do artigo, não é elencar uma série de apontamentos conceituais e muito menos, tentar elucidar indagações filosóficas. Pretende-se estabelecer uma relação entre o conceito de território e seus desdobramentos para tentar entender os processos de desterritorialização e reterritorialização provocados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas.

Segundo a compreensão de Chiosi (1979) uma barragem é:

[...] um elemento estrutural, construído transversalmente à direção de escoamento de um curso d'água, destinada à criação de um reservatório artificial de acumulação de água [...]. Os objetivos que regem a construção de uma barragem são vários e os principais se resumem em: aproveitamentos hidrelétricos; regularização de vazões; abastecimento doméstico e industrial; controle de inundações; irrigação. (CHIOSI, 1979).

Trata-se de uma definição focada no ponto de vista da engenharia civil que não expõe a dimensão da complexidade espacial, política, social e econômica que uma grande hidrelétrica contém. As hidrelétricas são consideradas como objetos técnicos, e, principalmente, geográficos. Para Santos:

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram. (SANTOS, 2008A).

Se uma barragem é um objeto geográfico, também devemos ter em conta que é um objeto técnico. Assim, mais uma vez, em Santos (2005) quando diz:

O que caracteriza o espaço geográfico? Os objetos que o constituem são objetos técnicos, **intencionalmente concebidos** para o exercício de certas finalidades, **intencionalmente fabricados** e **intencionalmente localizados**. (SANTOS, 2005, *grifos nossos*).

Deste modo, a implantação de uma grande barragem constitui-se, a rigor, em uma apropriação feita por atores estatais e privados, ligados ao setor elétrico, sobre um território já histórica e espacialmente apropriado pelos que ali vivem. Em outras palavras, desapropriam-se uns para que se dê a apropriação por outros.

### 3 TERRITÓRIO

Torna-se impossível tecer considerações sobre territorialização, sem levar em consideração o território. O termo território pode ser associado a pelo menos duas origens: a primeira significa “*terra pertencente a*”, ou seja, *terri* (terra) e *torium* (pertence a), de origem latina; a segunda, associada à primeira, *terreo-territor* (aterrorizar - aquele que aterroriza) designou a concepção política de quem aterroriza para dominar e de quem é aterrorizado pelo domínio de uma determinada porção do espaço. (HAESBAERT, 2004; MESQUITA, 1995).

De acordo com Rogério Haesbaert, essas duas origens ainda que consideradas por alguns estudiosos como duvidosas, perpassam os conceitos de território utilizados tanto pelo senso comum como pela ciência. Trata-se de um termo interdisciplinar e polissêmico, por vezes relacionado com a Biologia (etologia), Ciência Política (Estado), Antropologia (territorialidade) etc. Desde sua origem etimológica até a prática de seu uso, o território está diretamente relacionado com as relações de poder, contudo, é necessário observar que nem toda relação de poder é territorial ou inclui territorialidade.

Para Santos (2003), o território usado deve ser a categoria de análise do espaço e não o território em si, pois a categoria “território usado” permite sistematizar teoricamente o entendimento do conceito território.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, [...] A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2003).

Desta forma, tem-se que o território deve ser concebido como um espaço em constante construção e reconstrução.

Claude Raffestin (1993), por sua vez, diferencia espaço de território e nos alerta para o fato de que muitos cientistas, sobretudo os geógrafos, têm cometido erros de análise por não pensarem nessas diferenças e usarem os termos como sinônimos quando, na verdade, devem ser considerados de maneira diversa. Para esse autor:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço [...]. O

território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações de poder. (RAFESTIN, 1993).

Assim, a partir desse ponto, com o foco da nossa atenção nos eventos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização resultantes da implantação de grandes barragens, consideramos que nos dias atuais este tema assume singular importância uma vez que, tratar dos problemas envolvidos na construção de grandes hidrelétricas significa a possibilidade de abordar questões fundamentais da vida contemporânea como: o uso da água, a questão energética e os processos de uso e ocupação dos espaços pelos agentes sociais.

#### **4 TERRITORIALIZAÇÃO**

Para os construtores de hidrelétricas, a natureza do território é sempre aquela que determina a localização da obra, sendo seus conteúdos sociais e culturais, na maioria das vezes, fatos tidos como secundários. Contudo, conforme nos alerta Benakouche:

Responsabilizar a técnica pelos seus ‘impactos sociais negativos’, ou mesmo seus ‘impactos sociais positivos’, é desconhecer, antes de mais nada, o quanto – objetiva e subjetivamente – ela é construída por atores sociais, ou seja, no contexto da própria sociedade. (BENAKOUCHE, 1999).

As hidrelétricas, ao territorializarem-se, causam repercussões nas territorialidades pré-existentes, sejam elas sociais, políticas ou econômicas. Dessa forma, a construção de hidrelétricas tem sido não apenas um processo de artificialização da natureza ou de substituição de um meio natural por um meio técnico, mas, principalmente, um processo de desterritorialização e reterritorialização, o que significa fazer menção à dinâmica de criação de um novo território e do surgimento de novas territorialidades.

É fato considerar que, poucas vezes, pode-se, categoricamente, definir como “natural” uma região determinada para a implantação de uma hidrelétrica, ou seja, os espaços sobre os quais se instalam as grandes hidrelétricas são sempre espaços humanizados. Desta forma, não se trata, exatamente, de uma artificialização do natural, trata-se, na verdade, de uma territorialização que, obrigatoriamente, desterritorializa os grupos sociais que vivem naquele lugar.

Assim, se as hidrelétricas podem ser vistas como resultantes de um processo de humanização e artificialização da natureza, também devem ser consideradas como expressões geográficas das relações sociais, políticas e econômicas em um Estado, território e lugar. Se a



análise dos processos internos à implantação de uma hidrelétrica nos faz pensar em termos das relações da sociedade com a natureza, também nos faz considerar as próprias relações humanas dentro desta mesma sociedade, principalmente quando leva-se em consideração as questões ambientais e os deslocamentos populacionais como entraves à realização destes projetos.

Um dos problemas envolvidos na territorialização de grandes projetos hidrelétricos é, justamente, a desconsideração, por parte dos empreendedores de barragens, da territorialidade cultural e social dos lugares, em prol, unicamente, de uma razão capitalista e econômica.

[...] os cidadãos prejudicados e os patrimônios naturais e culturais que serão destruídos pela implantação de hidrelétricas são vistos nos estudos e pareceres desta gente guiada pela razão hidrelétrica cega como interferências em suas obras; o fato de existirem pessoas a serem respeitadas e patrimônios a serem defendidos é para eles um entrave. (SEVÁ FILHO, 2004).

Em uma lógica assim, o meio ambiente é tão somente tomado como um arcabouço de recursos naturais, onde o valor econômico supera, sempre, o valor social e ambiental que o espaço geográfico possui para as populações que ali residem historicamente.

Na atualidade, o tema da construção de grandes hidrelétricas vem assumindo maior relevância em nosso país, não apenas pela existência de um significativo movimento antibarragens, mas também por referir-se a problematização de uma das mais importantes fontes de geração de energia do atual sistema técnico brasileiro.

## **5 REPERCUSSÕES TURÍSTICAS**

A atividade turística tem, hoje, uma configuração que se apresenta como decorrência do progresso da humanidade. O turismo é o produto de diversas ações que o modelaram e lhe deram a forma tal como funciona na contemporaneidade. Para Milone & Milone (2000), deve-se levar em conta que, apesar de viagens organizadas existirem desde as sociedades prémodernas, o turismo teve sua atividade intensificada na última metade do século XX, em decorrência do avanço tecnológico, seja pelo crescimento dos sistemas de transporte, seja pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, que reduziram o tempo das locomoções, assim como permitiu que um número maior de pessoas viajasse.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 1991) assim como a Organização das Nações Unidas (ONU) consideram:

O turismo compreende as atividades desenvolvidas pelas pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios, ou outros. (OMT, 1991).

Para a *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme (AIEST)*:

É o conjunto de relações e fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal. (AIEST)

A atual dimensão mundial do turismo como atividade econômica, de acordo com o *World Travel & Tourism Council (WTTC, 1999)* apresenta os seguintes números: 11,7% da economia mundial; 10,9% do consumo mundial; 11,7% do investimento total; 10,5% do emprego global. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), o turismo deve continuar expandindo-se e desenvolvendo-se de maneira acelerada face aos avanços tecnológicos e a utilização de planejamento para a atividade, possibilitando que uma quantidade cada vez maior da população mundial tenha acesso ao mercado turístico.

## **6 TURISMO E RECURSOS HÍDRICOS**

As águas ocupam 70% da superfície global, sendo que 97,2% são salgadas, imprópria para o consumo humano, cabendo à água doce apenas 2,8% de toda água existente. Do volume total de água doce, 2,15% são geleiras e calotas polares e 0,65% água doce. Por sua vez, desse total 0,31% são águas profundas e 0,34% são os rios, riachos, lagos e reservatórios subterrâneos acessíveis.

O Brasil é possuidor de 18% dos recursos hídricos superficiais do Planeta, o que o classifica como o país com maior disponibilidade hídrica do mundo. Essa disponibilidade, no entanto, encontra-se dispersa de maneira desigual pelo território brasileiro. Do total de água disponível no Brasil, 68% concentram-se na região amazônica, cuja densidade demográfica é baixa. A região nordeste, que é a mais pobre, possui a menor quantidade de água do país, conta apenas com 3% do total disponível. As regiões sul e sudeste, com 13% da água, são as regiões de alta densidade populacional e com problemas de poluição de origem urbana e industrial. A região centro-oeste conta com 16% do total de água disponível e configura-se na nova fronteira agrícola do país.

A região do Lago de Furnas – Sudoeste do Estado de Minas Gerais - tem a água como

uma das bases que sustentam sua economia, seja pela Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH) recebida pelos municípios, em função da geração de energia elétrica, seja pelas atividades ligadas à agricultura e ao turismo. Entretanto, fatores como o esgoto produzido pelas áreas urbanas e lançado no lago, assim como o deplecionamento do reservatório a níveis extremos tem, muitas vezes, comprometido as atividades na região. (ALAGO, 2006).

No caso do esgoto, desde a criação da usina, sempre foi lançado diretamente no lago. No início, mesmo não recebendo nenhum tratamento e frente à quantidade que era produzida, a capacidade de diluição do reservatório reduzia significativamente seu impacto no meio ambiente. Nos dias atuais, no entanto, o aumento do volume, face ao aumento populacional das cidades lindeiras, tem comprometido a balneabilidade do lago (ALAGO, 2006). O deplecionamento, por sua vez, quando permanece por períodos longos, vem acarretando o aparecimento de grande quantidade de vegetação nas margens do lago que, com o retorno das águas para o nível ideal de operação, entra em decomposição refletindo na piora da qualidade da água justamente onde ocorre a maior parte das atividades turísticas e de pesca. O deplecionamento reflete ainda, de maneira significativa, na atividade agrícola. Os proprietários rurais que fazem uso das águas do lago para a irrigação das lavouras, geralmente por aspersão, ressentem o afastamento da água em relação à área cultivada, uma vez que os custos de produção aumentam frente à necessidade de maior infraestrutura (tubulações, bombeamento etc.).

De todas as questões que envolvem o desenvolvimento e racionalização do turismo em lagos interiores, a questão do gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes, que resultam dos empreendimentos às suas margens, assim como, o uso e ocupação dessas margens, são fatores que inspiram preocupação. Para a Agência Nacional das Águas (ANA) (2005):

Estas organizações de recreação e lazer no entorno de reservatórios são responsáveis por inúmeras transformações nas margens, que, se por um lado trazem determinados benefícios econômicos, por outro, podem tornar mais intenso o comprometimento da qualidade da água [...]. (ANA, 2005).

Desta forma, fica clara a necessidade de ações integradas entre os diversos usuários da água para garantir a preservação e os usos múltiplos desse bem. Dentre as possíveis ações, a adoção de práticas de prevenção e controle da degradação do meio ambiente, pensadas na totalidade da bacia hidrográfica pelos componentes sociais, ambientais e econômicos, pode ser um bom caminho para o melhor aproveitamento turístico dos lagos e reservatórios.

De acordo com os estudos de Scoti (2008):

As regiões hidrográficas brasileiras que se destacam no segmento de turismo em lagos e reservatórios interiores são a do Tocantins-Araguaia, onde se verifica o uso múltiplo dos lagos das hidroelétricas de Tucuruí, Serra da Mesa e Luis Eduardo Magalhães (Lajeado), para fins de uso turístico; a Região Hidrográfica do São Francisco, que apesar das possibilidades oferecidas por vários reservatórios ainda apresenta uma atividade incipiente, carecendo de uma definição de política e estratégia de uso racional dos lagos; e finalmente a Região Hidrográfica do Paraná, onde a pesca esportiva e o turismo ocorrem nos reservatórios dos Rios Tietê, Grande, Paranapanema e Paranaíba. (SCOTI, 2008).

Para o turismo, o ideal seria que o nível do reservatório não sofresse redução, facilitando o acesso dos usuários.

Na resolução do CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Nº. 37 de 26 de março de 2004, foram estabelecidas diretrizes para a outorga de recursos hídricos para implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal e da União. Nessa outorga, são especificadas as condições de operação a que o reservatório está sujeito, sendo que o outorgado fica autorizado a operar o reservatório entre a cota do nível mínimo e a do nível máximo, que são níveis que definem o volume útil do mesmo. Dessa forma, cria-se um conflito no uso desses lagos para o turismo, sendo que os casos mais críticos são os dos reservatórios de Caconde (SP) e de Furnas (MG). (ANA, 2005).

## **7 REPERCUSSÕES LOCAIS**

Ao utilizar o recurso das entrevistas na metodologia visa-se responder algumas indagações feitas ao longo do nosso trajeto. Dentre elas destaca-se: Os moradores das cidades lindeiras querem o desenvolvimento da atividade turística em seus territórios? Os processos de desterritorialização e reterritorialização, ocorridos na época da inundação, interferem na aceitação da atividade turística? O fato de ter sido uma ação política, unilateral, dificulta a aceitação do lago como potencial turístico? Nosso contato com os depoentes deu-se em variados locais, como praças públicas, estabelecimentos comerciais e/ou residências. Após a nossa chegada, apresentação e solicitação do depoimento inicia-se a gravação fazendo a seguinte pergunta: *O que você pensa sobre o Lago de Furnas?* A partir deste ponto, o depoimento transcorria com poucas pontuações, da nossa parte, ficando os depoentes a vontade para falar o que quisessem.

Desta forma, pode-se analisar a relação estabelecida entre os moradores dos

municípios escolhidos e o Lago de Furnas, componente principal para o desenvolvimento da atividade turística na região. De imediato, pode-se dizer que, se por um lado há expressões de descontentamento e inconformismo com a situação que lhes foi imposta de maneira unilateral, por outro, diante da potencialidade turística apresentada pelo imenso lago interior, muitos são os habitantes que expressam contentamento e adaptação à realidade atual.

Especificamente, trata-se os municípios de Boa Esperança (MG), Fama (MG) e Guapé (MG) como estudos de caso por nos permitirem conhecer, compreender e tentar explicar os aspectos essenciais que estão inscritos no problema no qual foi identificado, ou seja, as repercussões da implantação da usina. Assim, se nosso objetivo geral é compreender o processo de territorialização da usina, nosso objetivo específico é o de identificar e analisar as repercussões dessa territorialização.

A seguir apresenta-se a síntese dos depoimentos coletados acerca das indagações propostas. Quanto à questão, ***os moradores das cidades lindeiras querem o desenvolvimento da atividade turística em seus territórios?*** Encontramos os seguintes pontos:

[...] Quando acontece a campeonato de *jet sky* na cidade muita gente ganha um bom dinheiro com isso, eu mesmo, minhas vendas dobram, preciso contratar mais pessoas para trabalhar. Os hotéis, as pousadas ficam cheias. [...] O que falta para nós aqui é administração política. [...]. (RHM, 54 anos – Boa Esperança)

O povo aqui da Fama sofreu muito! Acho que eles estão acordando agora, demorou muito para o pessoal acordar. Agora se você analisar bem, a água primeiro trouxe um prejuízo mas hoje ela é um potencial. (MASP, 35 anos - Fama)

O movimento da cidade parece que melhorou, mas nossos jovens ainda têm que sair para estudar e depois eles não voltam, então eu acho que precisa fazer alguma coisa para o povo ficar aqui e não ir embora [...]. (PRT, 59 anos - Guapé)

***Os processos de desterritorialização e reterritorialização, ocorridos na época da inundação, interferem na aceitação da atividade turística?*** Para esta indagação, utiliza-se os seguintes trechos:

[...] Na época em que Furnas chegou, teve uma crise geral na região principalmente porque a indenização foi muito pequena, então houve uma luta no sentido de diminuir a altura da barragem para inundar menos terras, mas foi inútil. Muita gente perdeu tudo que tinha [...] Na minha visão Boa Esperança caracteriza-se hoje por uma cidade turística devido à tranquilidade das águas do lago e à beleza e exuberância da Serra da Boa Esperança [...]. O lago e a serra são dois veículos que movimentam o turismo. [...] Evidentemente foi Furnas que propiciou este potencial turístico. (EJFB, 62 anos – Boa Esperança)

Fama na época da inundação era desemprego total, uma tristeza. Quer vê um exemplo foi a família do ex-prefeito [...], ele perdeu o pai. O pai dele ficou muito angustiado, perdeu tudo, os laticínios enormes, a casa, era uma mansão, era uma maravilha, ficou tudo debaixo d'água. Depois de dois meses da inundação o pai dele

morreu de angústia, perderam muita terra [...]. (ASA, 59 anos - Fama)

[...] mesmo assim, eu acho que a cidade hoje é melhor que a antiga, precisávamos ter mais estradas e pontes para a gente ter mais facilidade de sair e chegar a hora que quiser, isso para mim é o mais importante. (OAP, 82 anos – Guapé)

Sobre a questão *o fato de ter sido uma ação política, unilateral, dificulta a aceitação do lago como potencial turístico?*, destaca-se:

[...] Boa Esperança tem um potencial muito grande para o turismo, os políticos podiam ver isso com mais atenção para que os investidores possam aplicar o dinheiro aqui e melhorar a condição de emprego e renda do povo. [...] Além disso, é preciso ver também a questão da poluição, melhorar a condição da água, para isso precisa tratar não só o esgoto daqui [...] (BCG, 35 anos – Boa Esperança)

Penso que Furnas e Juscelino fizeram tudo isso e não instruíram o povo sobre o que poderia trazer de benefício. A Fama agora é que tá caindo na real, até hoje eles não perceberam o potencial desse lago, taí o turismo uma das maiores indústrias do mundo, mas até agora ainda tá tudo parado. Cadê uma política de turismo para a Fama? (RF, 45 anos - Fama)

Quanto ao turismo, acho que falta muito ainda para se fazer, não digo de Furnas, mas do poder público, parece que está melhorando, mas acho que falta muito ainda. Precisamos de mais fomento, de planejamento e de estudos sobre o meio ambiente, o turismo, assim como incentivar a pesca e a sustentabilidade das famílias de renda mais baixa. (HOA, 45 anos - Guapé)

Pode-se concluir que, diante da falta de estudos sobre os impactos territoriais e ambientais, antes da construção da usina, assim como, frente ao não planejamento dos reparos e compensações necessários, após a sua implantação, os moradores dos municípios lindeiros ressentem as perdas provocadas no município, no entanto, reconhecem a potencialidade turística do Lago e veem o turismo como uma ação espontânea e sem planejamento. A necessidade de um planejamento estratégico para o setor é visto como uma necessidade mister de acordo com os moradores e empresários da região.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se dizer que ultimamente, frente à participação da iniciativa privada nos projetos de implantação de usinas hidrelétricas, os interesses da nação são, na maioria das vezes, superados pelos interesses das organizações privadas que geram ou produzem energia elétrica com o objetivo de vendê-la, ou seja, como empreendimento capitalista. Não obstante, devemos considerar que a construção de uma hidrelétrica significa uma forma de reestruturação do território, do mesmo modo, “*significa de fato organizar a sociedade,*

*planejando-se seu conjunto e inserindo-o em molde preestabelecido.*” (GEORGE, 1969 *apud* CARVALHO, 2006). Assim, a reestruturação do território proveniente da construção de “*grandes obras*” trata-se de uma necessidade do próprio capitalismo e visa muito mais atender ao poder do sistema capitalista do que ao sistema social.

Sendo o território um espaço político, ele é usado, utilizado, valorizado e manipulado pela política. Acredita-se assim que os vários conceitos e funções encerradas no território devam ser percebidos e discutidos pelo maior número possível de representantes da sociedade. A participação das várias camadas e entidades sociais nos processos decisórios acerca do ordenamento e produção do espaço torna o Estado, a nosso ver, mais democrático e representativo dos grupos sociais pertencentes à nação. Organizar e lutar contra as lógicas vigentes faz, por exemplo, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) um foco de resistência e um modelo de organização social politizada, necessária para que não deixemos livre o caminho para aqueles que fazem da política a ampliação do poder dos grandes capitalistas.

Constata-se em nosso estudo, a necessidade de se ampliar e incrementar as discussões e estudos em prol do desenvolvimento regional, bem como destacamos os debates e a participação da sociedade, no processo de reorganização do território, como a melhor maneira de formularmos estratégias e planos de ação que contribuirão para o planejamento, direcionamento e o desenvolvimento de uma determinada região.

## REFERÊNCIAS

BOLETIM DA ALAGO: Associação dos Municípios do Lago de Furnas. Alfenas: Alago, v. 1, n. 1. ago. 2006.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 79-106.

BRASIL. **Lei 9.433**, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

CARVALHO, O. A. **Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CHIOSI, N. J. **Geologia aplicada à engenharia**. 2. ed. São Paulo: USP, 1979.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zaharm, 1979.

FROELICH, G. M. **Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. UFRGS/ Ed. da UNISC, 1995.

MILONE, M. C. M.; MILONE, P. C. Perspectivas do turismo no terceiro milênio. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

OMT. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2. ed. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA FURNAS. Edição Especial 50 anos de Furnas. Rio de Janeiro: FURNAS, ano 32, n. 337, fev. 2007. Editor e coordenador de conteúdo Eduardo Franklin Correia.

SANTOS, A. A. M. Administrando conflitos: o caso do Lago de Furnas. In: FREITAS, M. A. V. (Org.). **Estado das águas no Brasil 2001-2002**. Brasília: Agência Nacional das Águas, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008A.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008B.

SANTOS, R. C. B. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 1998.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SCOTI, M. C. A. **O desenvolvimento do turismo em margem de lago artificial: o caso da Península de Guapé – Campos Gerais, Lago de Furnas/MG**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.



SEVÁ FILHO, A. O. Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE-ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** Comunicação apresentada ao GT Energia e Meio Ambiente. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Disponível em: < [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br) > Acesso em: 21 jul. 2009.

TUNDISI, J. G. **Água no século XXI**: enfrentando a escassez. São Paulo: RiMa, 2003.

WWF-Brasil. **Turismo responsável**: manual para políticas públicas. Brasília: WWF Brasil, 2004.